Tribunal do Júri, Juiz Natural da causa (CRFB/88, artigo 5º, XXXVIII, "c"). A presença das qualificadoras (motivo torpe e meio cruel - enforcamento) também restou demonstrada, com base na dinâmica dos fatos, e na prova material consubstanciada no exame cadavérico. Dosimetria que não merece reparos, quando responde ao delicto de forma eficiente à consecução dos objetivos da sanção penal, tomando-se em conta o modus operandi do agente e a motivação do crime. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, na forma do voto do Relator. Conclusões: NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO EM DECISÃO UNÂNIME.

111. HABEAS CORPUS 0066572-40.2017.8.19.0000 Assunto: Receptação / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: DUQUE DE CAXIAS 3 VARA CRIMINAL Ação: 0065444-87.2015.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00651709 - IMPTE: ANTONIO CLAUDIO CRUZ LEITÃO DE LIMA FEITOSA OAB/RJ-202444 PACIENTE: WELLINGTON BITENCOURT MACHADO AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS CORREU: LUCAS VALTER SILVA DE JESUS CORREU: ALAN MATEUS MARQUES CORREU: ALESSANDRO PAULO DE FARIAS OUTRO NOME: ALESSANDRO PAULO FARIAS CORREU: CARLOS ALBERTO BATALHA DE OLIVEIRA CORREU: EVERTON DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO CORREU: WAGNER AGUIAR DE ARAGÃO **Relator: DES. GILMAR AUGUSTO TEIXEIRA** Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO E QUADRILHA. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A SUA MANUTENÇÃO. Ao que revelam as informações prestadas pelo Juízo, o paciente foi denunciado juntamente com outros seis corréus, como incurso nas penas dos artigos 180 e 288, ambos do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva e, posteriormente, deferida liberdade provisória. Contudo, o Ministério Público interpôs Recurso em Sentido Estrito impugnando a decisão que concedeu a liberdade provisória ao paciente e, ao exercer o juízo de retratação, o magistrado revogou a liberdade provisória em face do descumprimento das medidas aplicadas, conforme certidão reproduzida à fl. 38 destes autos. Relevante anotar que não foi apresentada justificativa para o descumprimento das medidas previstas no art. 319, incisos I e IV, do CPP, obrigações que, diga-se, não ofereciam nenhuma dificuldade para o seu cumprimento. Ademais, conforme recente informação do juízo (fl. 35), a audiência designada para o dia 04/12/2017 deixou de ser realizada em virtude de o paciente não ter sido localizado no endereço informado nos autos. Dessa forma, vê-se que o paciente, ao descumprir a medida imposta, sem motivo justificado, demonstrou que não pretende se submeter a ação da justiça, circunstância que autoriza o decreto de prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal. Não se vislumbra, assim, ilegalidade a ser corrigida por meio do presente habeas corpus, permanecendo hígidos os motivos que ensejaram a medida excepcional, não sendo suficientes quaisquer das medidas acauteladoras diversas da prisão previstas no art. 319, do CPP. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. Conclusões: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

112. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 0035777-68.2016.8.19.0038 Assunto: Homicídio Qualificado / Crimes contra a vida / DIREITO PENAL Origem: NOVA IGUAÇU 4 VARA CRIMINAL Ação: 0035777-68.2016.8.19.0038 Protocolo: 3204/2017.00638713 - RECTE: JORGE ELIAS DE SOUZA JUNIOR ADVOGADO: HAMILTON ARGENIO DA CONCEICAO OAB/RJ-074896 RECTE: DEIVIDY VIEIRA DO NASCIMENTO RECTE: ALEX SANTOS DO CARMO ADVOGADO: ROBERTO BRAGANCA BAHIA OAB/RJ-079385 RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CORREU: LUCAS DA SILVA CAVALLARI **Relator: DES. GILMAR AUGUSTO TEIXEIRA** Funciona: Ministério Público Ementa: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL. RECURSOS DEFENSIVOS: PRONUNCIADOS DEIVID E ALEX: REQUEREM A IMPRONÚNCIA, AO ARGUMENTO DE QUE AS TESTEMUNHAS OUVIDAS EM JUÍZO EM MOMENTO ALGUM DEIXARAM CLARO A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS RECORRENTES, E QUE NO LOCAL HAVIA CÂMERAS, CUJAS IMAGENS FORAM SOLICITADAS PELA DEFESA, MAS NENHUMA DELAS FOI PERICIADA E OU OBSERVADA PELA ACUSAÇÃO. PRONUNCIADO JORGE ELIAS: REQUER A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA AO ARGUMENTO DE NEGATIVA DE AUTORIA E, SUBSIDIARIAMENTE, A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. Os recorrentes foram denunciados e pronunciados porque, na madrugada do dia 06 de março de 2016, na Travessa Geni Saraiva, Nova Iguaçu, aplicaram golpes no corpo, inclusive na cabeça do menor Yuri Matheus Amaral Nascimento de Paula, provocando-lhe as lesões que causaram sua morte, conforme atesta o laudo cadavérico. Os fatos transcorreram na sede de uma festa chamada Tropa das Novinhas, no bairro Cerâmica, em Nova Iguaçu. Os pronunciados estavam companhia de seu amigo Jeferson quando, em dado momento, este percebeu que tinham retirado o boné de sua cabeça e que, segundo pessoas que estavam no evento, teria sido a vítima Yuri Matheus. Ante a informação mencionada, a vítima foi indagada quanto ao fato, entretanto, ainda que sabendo quem teria sido o autor, não informou. Instaurou-se um tumulto que culminou com o término da festa. Insatisfeitos, os pronunciados encontram com Yuri e seu amigo João Victor, dando início a uma nova briga. Um dos pronunciados teria agarrado a vítima YURI pelo pescoço e o empurrado para o meio da confusão, momento em que passaram a agredi-lo, causando as lesões cuja natureza e sede culminaram na sua morte. Está pacificado na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que a decisão que recebe a denúncia e pronuncia os réus prescinde de fundamentação substancial com relação ao mérito da acusação. Quanto ao *judicium accusationis*, foram coligidos indícios suficientes pelo diretor do processo, no sentido de que os recorrentes seriam os autores das agressões cuja sede e natureza levaram à morte da vítima. Para ser prolatada a decisão interlocutória mista de pronúncia, basta que o magistrado se convença da existência do crime, o que nos autos se aferiu através do laudo cadavérico, e aponte a existência indícios de que os réus sejam os seus autores. Nesta fase processual não se exige e, de fato, nem se permite uma análise aprofundada das provas, cabendo, apenas, um mero juízo de admissibilidade da acusação. Com relação à absolvição sumária, nesta etapa somente será reconhecida e decretada quando a sua prova for indiscutível, sob pena de se subtrair a competência do Júri. No caso em exame, o acervo probatório não permite concluir, de plano, que o recorrente Jorge Elias teria agido de maneira recatada e definitivamente não contributiva ou relacionada ao evento morte, pois os relatos apontados para a pronúncia se contrapõem à intenção do acusado de afastar-se sem culpa do processo. Assim, sem uma valoração subjetiva e mais aprofundada da prova é impossível afirmar, com certeza, se o ânimo e a conduta do recorrente contribuíram ou não para o resultado. No tocante à qualificadora relativa ao motivo torpe ou fútil, há pleno respaldo para a sua consideração no caderno de provas. Na peça inaugural é feita menção expressa a este mote da conduta perpetrada, a qual foi reforçada nos termos dos elementos indiciários correlacionados pela prolatora, devendo o Tribunal competente avaliar se torpe ou não. Quanto à qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, a mesma está devidamente apontada na própria dinâmica do ocorrido, uma vez que os recorrentes teriam desferido, simultaneamente, os golpes que conduziram ao óbito da vítima. A questão da existência de imagens de câmeras de segurança, bem como o pleito de desclassificação do delito são teses meritórias, que devem ser apresentadas aos julgadores naturais, competentes para sua avaliação. Finalmente, no que concerne ao pedido de liberdade de Jorge Elias nada há a prover, haja vista a completa ausência de informações que assim autorizasse esta instância de revisão a proceder. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. Conclusões: NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS DEFENSIVOS EM DECISÃO UNÂNIME.

113. APELAÇÃO 0037481-91.2016.8.19.0014 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 2 VARA CRIMINAL Ação: 0037481-91.2016.8.19.0014 Protocolo: 3204/2017.00632217 - APTE: LEON ARÊAS PESSANHA ADVOGADO: ARMANDO MARTINS DIAS JUNIOR OAB/RJ-188194 ADVOGADO: LUIZ FELIPE MATHEUS DE OLIVEIRA OAB/RJ-186128 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CORREU: THAINARA NUNES DE SOUZA SIMAO **Relator: DES. GILMAR**